

IGREJA CATÓLICA, MORAL ECONÔMICA E MODERNIDADE

José Rodorval Ramalho¹

RESUMO: A Igreja Católica vem aprimorando a sua análise do ambiente capitalista moderno de maneira progressiva. Este artigo procura analisar tal hipótese a partir da leitura do texto que comemorou 100 anos da *Rerum Novarum*, a encíclica *Centesimus Annus*, assinada pelo Papa João Paulo II. Neste documento é possível identificar a evolução do pensamento social católico em relação a vários conceitos econômicos a partir da análise de conceitos como lucro, salário, propriedade privada e, principalmente, da defesa católica dos valores morais como fatores de produção. A discussão dessas questões permite identificar um deslocamento progressivo dos documentos pontifícios em direção a aprovação do podemos chamar de economia de mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Doutrina Social da Igreja - Economia de mercado – Modernidade econômica

ABSTRACT: The Catholic Church has been improving its analysis of modern capitalist environment in a progressive manner. This article seeks to examine this hypothesis from the reading of the text which celebrated 100 years of *Rerum Novarum*, the encyclical *Centesimus Annus*, signed by Pope John Paul II. In this document it is possible to identify the evolution of catholic social thought in relation to various economic concepts from the analysis of concepts such as profit, income, private property and especially the catholic defense of moral values as factors of production. The discussion of these issues can identify a progressive shift in the direction of the pontifical approval can call the market economy.

KEYWORDS: Catholic social thought - Market economy – Economic modernity

01. Introdução

O debate sobre as relações entre religião e economia é, reconhecidamente, um tema emblemático no ambiente acadêmico moderno. As contribuições são as mais diversas em extensão e intensidade. Entretanto, tomamos a liberdade de indicar, mesmo em tão amplo e profundo universo, a insuficiência da discussão relativa às relações entre as formulações católicas sobre a economia e o modelo econômico moderno.

É provável que a força de um clássico como “A ética protestante e o espírito do capitalismo” tenha atraído para o ambiente cristão reformado as atenções dos analistas e tenha reforçado uma percepção, de todo equivocada, de que a Igreja Católica (IC) continua com os olhos voltados para as mais variadas formas de comunitarismo e avessa ao universo econômico moderno e às suas práticas supostamente egoístas e causadoras

¹ Doutor em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; membro do Grupo de Pesquisas em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe; pesquisa e orienta trabalhos acadêmicos relacionados à maçonaria no Brasil e a Doutrina Social da Igreja Católica.

de pobreza para a maioria das populações. Assim, essa mesma linha de raciocínio acaba por identificar somente no protestantismo as tais afinidades eletivas com o capitalismo moderno.

Sabemos que a relação entre o catolicismo e a modernidade é permeada de tensões até os dias de hoje, e não parece que tal situação esteja próxima de ser superada, embora já tenha vivido dias de maior dissensão. O século XIX esteve povoado de atitudes, de lado a lado, que, por vezes, deixava transparecer a completa incompatibilidade entre essas duas cosmovisões. Entretanto, foi também nesse século que a Igreja Católica começou a sistematizar aquilo que seria o seu discurso oficial sobre a ordem sócio-econômica e cultural que emergia. O resultado disso é que nos dias de hoje a IC dispõe de um conjunto de análises e proposições sobre os mais variados aspectos da realidade moderna, o que ela denomina de Doutrina Social da Igreja (DSI). Esse conjunto de análises e proposições é a carta de apresentação dos católicos junto aos mais variados atores sociais nos espaços públicos contemporâneos.

As encíclicas papais ilustram bem o que queremos afirmar. Esses documentos são formulados pelos sumos pontífices, devidamente acompanhados por assessores e pares eclesiais, circulam dentro e fora do ambiente católico, abordam as questões mais variadas e tornaram-se, muitas vezes, até uma referência analítica para estudiosos do mundo contemporâneo, como é o caso da encíclica que entrou para a história do catolicismo como a fundadora da sua moderna doutrina social – a *Rerum Novarum* (1891) assinada pelo Papa Leão XIII.

Destaquemos, porém, que a DSI não visa constituir um modelo alternativo de sociedade, mas, interpretar as realidades existentes, examinando sua conformidade ou desconformidade com os princípios da fé católica. Segundo o próprio papa João Paulo II, a finalidade principal desse *corpus* doutrinário é “(...) orientar o comportamento cristão. Ela pertence, por conseguinte, não ao domínio da ideologia, mas da teologia e especialmente da teologia moral.”(JOÃO PAULO II, 2000:80)

Com o processo de autonomização das esferas de valor que caracteriza o percurso da modernização (WEBER,2002), o discurso religioso católico, antes englobante dos demais discursos, tem procurado um lugar a partir do qual possa continuar interagindo com as estruturas que movem a “cidade dos homens”. A doutrina social da igreja, combinando os pressupostos da fé e as contribuições das mais variadas

ciências – naturais e sociais – é justamente esse movimento da IC para manter articuladas do ponto de vista moral essas esferas autônomas de ação.

Minha intenção, aqui, é apresentar alguns elementos para a análise das principais formulações da DSI acerca da economia moderna e me associar aos autores que identificam uma aproximação paulatina entre a concepção econômica do catolicismo romano e as dinâmicas (materiais e imateriais) da moderna economia de mercado. Embora esse processo de aproximação seja intermitente e se arraste desde o século XVI, com os escolásticos espanhóis da Escola de Salamanca (LIMA, 2001), centrarei as minhas atenções num dos capítulos mais recentes dessa história materializado na Encíclica *Centesimus Annus* (1991), de João Paulo II.

Portanto, sem a menor pretensão de ser exaustivo, o argumento que desenvolverei busca explorar afinidades eletivas entre o catolicismo e as modernas economias de mercado a partir de valores morais comuns a esses dois universos. Tais explorações, entretanto, não terão como objeto as práticas econômicas dos católicos em redor do mundo, mas os documentos oficiais produzidos pelo Vaticano.

01. Economia moderna e a Doutrina Social da Igreja

O ano de 1989 entrou para a história como símbolo de uma derrota, a do ideário comunista, aquele mesmo fortemente criticado por Leão XIII quase cem anos antes. Quis o destino, como que para reforçar as formulações leoninas, que a IC tivesse à sua frente, nessa data, um papa polonês, testemunha direta do totalitarismo comunista.

As palavras do Papa na *Centesimus Annus* (CA) são muito claras em relação ao socialismo, sua derrocada foi provocada não somente pelo ambiente opressivo, do ponto de vista político-cultural, mas também pelo seu modelo econômico, que segundo o sumo pontífice:

(...) não deve ser considerado apenas como um problema técnico, mas, sobretudo, como consequência da violação dos direitos humanos à iniciativa, à propriedade e à liberdade no setor da economia. A este aspecto, está ainda associada a dimensão cultural e nacional: não é possível compreender o homem, partindo unilateralmente do setor da economia, nem ele pode ser definido simplesmente com base na sua inserção de classe. (CA: 45)

Nesse mesmo sentido, João Paulo II critica as pretensões anacrônicas de certos setores da IC no Terceiro Mundo por imaginarem poder construir sociedades prósperas e justas usando os modelos já superados nos países socialistas.

Em passado recente, o desejo sincero de se colocar da parte dos oprimidos e de não ser lançada fora do curso da história induziu muitos crentes a procurar de diversos modos um compromisso impossível entre marxismo e cristianismo. O tempo presente, enquanto supera tudo o que havia de caduco nessas tentativas, convida a reafirmar a positividade de uma autêntica teologia da libertação humana integral. Considerados sob este ponto de vista, os acontecimentos de 1989 revelam-se importantes também para os Países do “Terceiro Mundo”, que estão à procura do caminho do seu desenvolvimento, num processo idêntico àqueles da Europa Central e Oriental. (CA:51)

A Encíclica *Centesimus Annus* não somente reafirma e atualiza as formulações leoninas, como celebra as liberdades individuais como responsáveis pelo verdadeiro caminho para a prosperidade e a justiça, mesmo que dentro dos limites de um projeto humano. Este documento reelabora várias categorias analíticas do campo econômico e aproxima ainda mais o pensamento da Igreja Católica de um modelo de formação econômico-social que combine liberdade de mercado com pluralismo político e cultural, como podemos observar abaixo.

(...) se por “capitalismo” se indica um sistema econômico que reconhece o papel fundamental e positivo da empresa, do mercado, da propriedade privada e da conseqüente responsabilidade pelos meios de produção, da livre criatividade humana no setor da economia, a resposta é certamente positiva, embora talvez fosse mais apropriado falar de “economia de empresa”, ou de “economia de mercado”, ou simplesmente de “economia livre”. (CA:79)

Já uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da “subjetividade” da sociedade, mediante a criação das estruturas de participação e co-responsabilidade. (CA:85)

A tradicional crítica católica ao liberalismo recebe, aqui, tratamento mais acurado, sobretudo no que se refere ao princípio do individualismo. Sabemos que os fundamentos desse fenômeno podem ser buscados na tradição judaico-cristã, a partir do momento em que se estabelece o princípio do Deus pessoal e do livre-arbítrio. Essa tradição, discutida magistralmente por Louis Dumont (1985), foi atualizada ao longo dos milênios e, atualmente, é responsável pelas bases do desenvolvimento dos principais países do mundo contemporâneo. Vejamos como João Paulo II identifica a combinação entre o individualismo e os valores morais que ajudaram a estruturar as modernas economias de mercado.

É a sua (do homem) inteligência que o leva a descobrir as potencialidades produtivas da terra e as múltiplas modalidades através das quais podem ser satisfeitas as necessidades humanas. É o seu trabalho disciplinado, em colaboração solidária, que permite a criação de *comunidade de trabalho* cada vez amplas e eficientes para operar a transformação do ambiente natural e do próprio ambiente humano. Para este processo, concorrem importantes virtudes, tais como a diligência, a laboriosidade, a prudência em assumir riscos razoáveis, a confiança e fidelidade nas relações interpessoais, a coragem na execução de decisões difíceis e dolorosas, mas necessárias para o trabalho comum da empresa, e para enfrentar os eventuais revezes da vida. (CA:61)

Podemos destacar nesse trecho da Encíclica um verdadeiro ponto de inflexão da análise econômica católica ao chamar a atenção para fatores imateriais no processo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, destaque-se a afirmação do documento que indica ser o conhecimento a forma mais efetiva de propriedade na contemporaneidade: “a riqueza das nações industrializadas funda-se muito mais sobre este tipo de propriedade, do que sobre a dos recursos naturais.”(CA:60)

O reconhecimento dessa força imaterial atualiza de maneira oportuna a economia política da IC, criando mais uma dificuldade para movimentos internos à instituição que tendem a identificar no cenário econômico moderno um ambiente exclusivamente de exploração e miséria ou até mesmo um jogo de soma zero, onde uma das partes sai sempre em desvantagem. Lembramos, ainda, que não estaríamos lidando com a Igreja Católica se disséssemos que esta formulação é clara, inequívoca e consensual para o conjunto dos católicos. Mesmo assim, vale a pena observar outro trecho do documento que me parece a síntese da nova concepção econômica da IC, na qual articula-se de forma emblemática duas categorias fundamentais: a propriedade e a liberdade.

Na perspectiva do desenvolvimento integral e solidário, pode-se dar uma justa apreciação à avaliação que a doutrina social oferece sobre a economia de mercado ou, simplesmente, economia livre. (...) Se por ‘capitalismo’ se indica um sistema econômico que reconhece o papel fundamental e positivo da empresa, do mercado, da propriedade privada e da conseqüente responsabilidade pelos meios de produção, da livre criatividade humana no setor da economia, a resposta é certamente positiva, embora talvez fosse mais apropriado falar de ‘economia de empresa’, ou de ‘economia de mercado’, ou simplesmente de ‘economia livre’.(CA:)

03. Moralidade católica e economia de mercado

Como sabemos, a antropologia católica coloca o Homem como um sujeito criativo e relacional, não podendo desenvolver tais potencialidades em ambiente de controle e tutela do seu corpo e do seu espírito. Por isso, a doutrina social considera a liberdade da pessoa em campo econômico um valor fundamental e um direito inalienável a ser promovido. Afirma o Papa João Paulo II:

(...) A experiência demonstra-nos que a negação deste direito ou a sua limitação em nome de uma pretensa 'igualdade' de todos na sociedade, é algo que reduz, se é que não chega mesmo a destruir, de fato, o espírito de iniciativa, isto é, a subjetividade criadora do cidadão. Nessa perspectiva, a iniciativa livre e responsável no campo econômico pode ser definida como um ato que revela a humanidade do homem enquanto sujeito criativo e relacional. (JOÃO PAULO II, 2005:195)

Entretanto, para a IC o campo econômico é apenas uma das esferas de ação do complexo sistema que abrange o campo das atividades humanas modernas, não podendo se configurar como a principal ou mais importante atividade social. Por isso, os documentos pontifícios ainda que reconheçam o mercado como elemento insubstituível na coordenação do jogo econômico, não abrem mão de ancorá-lo com valores morais para que sua reconhecida eficiência técnica seja revertida em favor do bem-estar social. Nesse aspecto, a importância do mercado não pode ser o centro de tudo e de todos, como afirma o documento:

(...) se ela (a economia) for absolutizada, se a produção e o consumo das coisas acabar por ocupar o centro da vida social, tornando-se o único valor verdadeiro da sociedade, não subordinado a nenhum outro, a causa (do envenenamento das sociedades) terá de ser procurada não tanto no próprio sistema econômico, quanto no fato de que todo o sistema sócio-cultural, ignorando a dimensão ética e religiosa, ficou debilitado, limitando-se apenas à produção dos bens e dos serviços. (CA:)

Aqui, é importante destacar uma formulação muito cara a DSI e que foi apresentada por Pio XI na encíclica *Quadragesimo Anno* de 1931, o conceito de subsidiariedade. O termo vem do latim *subsidium* e propõe que o Estado atue como suplente, agindo somente quando os corpos sociais intermediários não reúnam condições para equacionar os seus problemas. Assim, afirma a Igreja Católica:

A ação do Estado e de outros poderes públicos deve conformar-se com o princípio da subsidiariedade para criar situações favoráveis ao livre exercício da atividade econômica; esta deve inspirar-se também no princípio de solidariedade e estabelecer os limites da autonomia

das partes para defender a parte mais fraca. A solidariedade sem subsidiariedade pode, de fato, degenerar facilmente em assistencialismo, ao passo que a subsidiariedade sem a solidariedade se expõe ao risco de alimentar formas de localismo egoísta. Para respeitar esses dois princípios fundamentais, a intervenção do Estado em âmbito econômico não deve ser nem invasiva, nem carente, mas sim apropriada às reais exigências da sociedade. O estado deve secundar as atividades das empresas, criando condições que garantam ocasiões de trabalho, estimulando-a onde for insuficiente e apoiando-a nos momentos de crise. O Estado tem também o direito de intervir quando situações particulares de monopólio criem atrasos ou obstáculos ao desenvolvimento. Mas, além destas tarefas de harmonização e condução do progresso, pode desempenhar funções de suplência em situações excepcionais. (IDEM, IBDEM, 202)

Portanto, a tarefa fundamental do Estado nesse âmbito é a de definir um quadro jurídico apto a regular as relações econômicas com a finalidade de garantir um ambiente que pressuponha certa igualdade entre as partes, de modo que uma delas não seja tão mais poderosa que a outra. Aqui, a concepção de Estado é a de mediador e regulador dos excessos. Até onde isso pode ser condizente com a realidade econômica é um tema ainda em aberto. Mas, ressaltamos, tal posicionamento procura potencializar, em cada indivíduo e nas comunidades as quais ele está ligado, as energias que poderiam resolver os problemas que lhe afligem sem que seja necessário acionar estruturas superiores, como o Estado. Assim, entende a Igreja que:

O sistema econômico-social deve ser caracterizado pela co-presença de ação pública e privada, incluída a ação privada sem finalidade de lucro. Configura-se de tal modo uma pluralidade de centros decisórios e de lógicas de ação. (...) A sociedade civil, organizada nos seus corpos intermediários, é capaz de contribuir para a consecução do bem comum pondo-se em uma relação de colaboração e de eficaz complementaridade em relação ao Estado e ao Mercado, favorecendo assim o desenvolvimento de uma oportuna democracia econômica. (IDEM, IBDEM, 205).

A centralidade desse conceito na DSI sugere que a IC procura superar a polaridade Estado-Mercado, afirmando que nas situações concretas esse dois princípios não se excluem, ao contrário, se complementam. Porém, quem vai estabelecer o alcance de cada um é exatamente a capacidade apresentada, naquele momento, pelos corpos intermediários na sua dinâmica interna. Portanto, as energias principais virão sempre desses atores, cabendo ao Estado o *status* de suplente.

04. Mercado, moralidade e prosperidade

Se a *démarche* da análise econômica católica se desenvolveu no sentido de reconhecer a base moral da sociedade como uma variável determinante no desempenho das práticas econômicas, tal situação não ocorreu sem que os formuladores dos documentos pontifícios mantivessem um diálogo com certas correntes do pensamento econômico, mais especificamente com algumas tradições liberais, sobretudo aquelas que analisam não somente as regras do jogo econômico, mas também procuram compreender a qualidade dos jogadores. Assim, o diálogo da DSI se desenvolve em conjunto com aqueles paradigmas que buscam a dimensão ética da economia do que com aqueles da chamada economia positiva (que procuram lidar com os problemas de logística e de engenharia econômica) ou mesmo com aqueles que enxergam na capacidade planejadora do Estado o nó górdio da problemática econômica. (SEN,1999;FONSECA, 1993)

Embora a economia positiva tenha contribuído profundamente para a análise de muitas variáveis envolvidas na dinâmica do mercado, inclusive tentando identificar a racionalidade do comportamento econômico auto-interessado, essas escolas econômicas deixaram de lado o que alguns autores chamam de “ética como fator de produção”, variável que pode explicar dimensões sequer imaginadas pelos que defendem o *homo aeconomicus*. Nesse aspecto específico, observamos um ponto de contato com as preocupações católicas, que não dispensam a análise da base de valores dos atores econômicos, por mais complexa e controversa que seja essa iniciativa.

Uma das críticas mais freqüentes à economia de mercado afirma que nesse ambiente os valores imperantes estão todos voltados para o reforço do auto-interesse dos seus agentes. Assim, os valores estruturantes desse sistema seriam a ganância, a avareza, a usura, a exploração, a injustiça, a ambição, a competição, a inveja. Note-se que esse tipo de crítica vem tanto daqueles que procuram negar as práticas de livre mercado quanto daqueles outros que acreditam que esses vícios privados trariam benefícios públicos. Entretanto, a observação da evolução das economias de mercado, desde o século XIX, não parece reforçar a percepção de que o mercado é um ambiente que gira, exclusivamente, em torno de valores como os descritos acima. (PENA, 2001; PEYREFITTE, 1999; NOVAK, 1982.)

Se avaliarmos com mais apuro tal contexto econômico, observaremos que nesses ambientes não há somente mais e melhor produção de riqueza, mas também melhor

distribuição dos resultados da produção, o que provoca um forte impacto no que podemos chamar de desenvolvimento humano das populações. Entre as evidências dessa eficácia podemos evocar dois rankings elaborados a partir de dados de mais de uma centena de países. O primeiro, procura mensurar o bem-estar das populações, estamos falando do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); o segundo, busca medir o nível de liberdade dos agentes econômicos e, por contraste, a interferência do Estado na economia, estamos nos referindo ao Índice de Liberdade Econômica (ILE). Ambos são compostos anualmente e já apresentam uma série histórica de, aproximadamente, duas décadas.²

E o que nos mostra o cruzamento dos resultados dessas duas pesquisas? Sinteticamente, uma forte relação entre ética de mercado e bem-estar social. Aqui, o que chamamos de ética de mercado envolve o cultivo de valores como trabalho, confiança, honestidade, respeito à lei, poupança. Em outras palavras, quanto mais uma sociedade cultivar essa ética de mercado, mais prosperidade é criada e distribuída entre a população.

Se verificarmos apenas os vinte primeiros colocados nos dois rankings, nada menos do que dezesseis países coincidirão. Mas, podemos afirmar ainda que nos dois índices, verificamos três grandes grupos. No **IDH**, temos aqueles de alto, médio e baixo “desenvolvimento humano”. O mesmo pode ser observado no **ILE**, com seus três grupos de países de alta, média e baixa liberdade econômica. Se sobrepusermos os dois rankings, teremos um alto grau de coincidência entre os três estratos. É verdade que existem alguns “pontos fora da curva”, mas que não são suficientes para anular a alta correlação entre ética de mercado e prosperidade econômica.

Se for verdade, então, que a correlação proposta é consistente, resta esclarecer qual o lugar dos valores morais nessa discussão. Por isso é importante perguntar: seria possível uma sociedade movida pelo egoísmo e por uma competição auto-destrutiva gerar riqueza e bem-estar material para os seus membros? Poderia um grupo de indivíduos obsessivamente voltados para seus próprios interesses conseguir diminuir a mortalidade infantil, aumentar a expectativa de vida, garantir acesso à escola, propiciar conforto material e elevada renda per capita aos membros do seu grupo?

² Para verificar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelas Organizações das Nações Unidas, acessar www.unesco.com.br e para verificar o Índice de Liberdade Econômica, elaborado pela Heritage Foundation, acessar www.heritage.org.

Não queremos insinuar, com isso, que os agentes do mercado são figuras altruístas, desinteressadas e desprovidas de ambição, mas que somente a eficiência econômica do egoísmo utilitarista, como imaginam alguns autores, não é capaz de explicar o sucesso das economias de mercado típicas. Como sugere Fonseca (1985), baseado em ampla literatura sobre a questão, tais ambientes parecem retirar suas energias de dois elementos essenciais: 1) as regras do jogo – liberdades individuais, direitos de propriedade, garantia da competição política, econômica e cultural entre os cidadãos, respeito aos contratos, reconhecimento comum da autoridade etc.; 2) a qualidade dos jogadores – um conjunto de traços e atributos morais assumidos pelos indivíduos nas suas ações sociais. É nesse segundo elemento que se encontra o que mais nos interessa, pois supomos que a liberdade de ação daqueles indivíduos não se realiza num vácuo ético, depende de uma base de valores. É nesse sentido que Amartya Sen nos chama a atenção.

Que tipos de sistema de valor fizeram o capitalismo obter sucesso? Que papel desempenharam algumas virtudes simples como honestidade, veracidade, honrar promessas, cumprir contratos? São questões antigas. Nós precisamos de uma abertura para tais questões para entender melhor alguns problemas econômicos atuais. Seria difícil explicar o sucesso diferenciado e o fracasso de diversos países na esfera produtiva sem introduzir as variações de normas de comportamento. Nações com certos tipos de normas sociais fortes, como o Japão, tem tido vantagem considerável. (SEN *apud* FONSECA, 1995:59)

05. As afinidades eletivas entre o catolicismo e a economia de mercado

Alguns autores têm buscado as afinidades eletivas entre o universo moral católico e aquele que tem viabilizado as economias de mercado. Tais afinidades devem ser entendidas como uma complexa trama de aproximações e repulsões, de ditos e interditos, de convergências e divergências, em que cada um dos pólos afirma-se a depender das configurações históricas.

Nesse sentido, consideramos que a partir da encíclica *Centesimus Annos*, observamos um novo movimento por parte da IC na direção do aprofundamento do debate sobre alguns temas que são vistos com muita reserva no seu interior e que ainda não foram devidamente analisados pelos pesquisadores da área em questão. Nessa encíclica, o papa João Paulo II reforça o diálogo dos católicos justamente com aqueles que desenvolveram uma visão positiva do ambiente econômico moderno, aqueles que, ao mesmo tempo, analisem-no como construção humana, falível e defeituosa, mas que,

por outro lado, procurem também, nas suas bases morais, a explicação para o seu sucesso material.

Qualquer análise da história das idéias econômicas católicas verificará que esse diálogo não foi inaugurado recentemente nem tem tempo certo para se encerrar. O que estou tentando fazer, aqui, é mantê-lo vivo e aproximá-lo do ambiente acadêmico brasileiro, pois entendo que depende dele melhores esclarecimentos não somente sobre a natureza da economia moderna, mas também sobre a atualidade da centralidade dos valores morais e, conseqüentemente, dos indivíduos, aqui considerados capazes de escolha, não somente na esfera econômica.

No caso brasileiro, esse debate é ainda mais importante se considerarmos que por essas terras ainda enfrentamos desafios básicos não apenas sobre as regras do jogo, mas também sobre a qualidade dos jogadores. O debate eleitoral da campanha presidencial de 2010 sobre o tema das privatizações, por exemplo, desnuda um ambiente que mistura despreparo conceitual, mistificação histórica e concepções econômicas que foram superadas nas modernas economias de mercado. Tal “coquetel ideológico” só nos fragiliza e nos mantém distanciados daqueles países que ocupam o topo dos dois índices acima apontados.

As questões, brevemente apresentadas neste texto, apenas levantam uma urgência, ao mesmo tempo acadêmica e cultural, que é a de enfrentarmos uma discussão sobre a relação entre religião, moralidade e economia. Em ambiente (acadêmico e cultural) avesso ao mercado e entusiasta do Estado, talvez seja difícil viabilizá-la. Mesmo assim, faço votos para que a “mosca irritante” socrática continue a nos incomodar. É essa a minha aposta.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Olavo de. **Capitalismo e Cristianismo**. www.olavodecarvalho.org. 1998.

DUBY, Georges. **Poder Privado Poder Público**. In ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges. História da Vida Privada – Da Europa Feudal à Renascença. Volume 02 Tradução de Maria Lúcia Machado. 11ª. Impressão. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

DUMONT, Louis. **O Individualismo – uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Rocco, 1985.

FONSECA, Eduardo Gianetti. **Vícios privados, benefícios públicos – a ética na riqueza das nações**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

JOHNSON, Paul. **História do Cristianismo**. Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

LANDES, David. **A Riqueza e a Pobreza das Nações – Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres**. Tradução de Alvaro Cabral. RJ: Campus, 1998.

LIMA, Luís Correa. **Teologia de Mercado – uma visão da economia mundial no tempo em que os economistas eram teólogos**. Bauru: Edusc, 2001.

NOVAK, Michael. **O Espírito do Capitalismo Democrático**. Tradução de Hélio Pólvora. Rio de Janeiro: Nórdica, 1982.

_____. **Será a Liberdade? Questionamento da Teologia da Libertação**. Tradução de Octávio N. C. Bernardes. Rio de Janeiro: Nórdica, 1988.

PENNA, José Oswaldo de Meira. **A opção preferencial pela riqueza**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991.

PEYREFITTE, Alain. **A Sociedade de Confiança – Ensaio Sobre as Origens e a Natureza do Desenvolvimento**. Tradução de Cylene Bittancourt. Rio de Janeiro: Instituto Liberal/Topbooks, 1999.

SEN, Amartya Kumar. **Sobre ética e economia**. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. Tradução de Klaus Von Puschen. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Revisão técnica de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: LTC, 2002. 5ª. Edição.

Referências Documentais:

Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Leão XIII Sobre a Condição dos Operários - Rerum Novarum/1891. 15ª. Edição. São Paulo: Paulinas, 2005.

Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa Pio XI Sobre a Restauração e Aperfeiçoamento da Ordem Social em Conformidade com a Lei Evangélica/ Quadragésimo Anno. 5ª. Edição. São Paulo: Paulinas, 2004.

Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa João XXIII Sobre a Evolução da Questão Social à Luz da Doutrina Cristã/ Mater e Magistra. 12ª. Edição. São Paulo: Paulinas, 2004.

Carta Encíclica de Sua Santidade o Papa João Paulo II Centesimus Annus. 06ª. Edição. São Paulo: Paulinas, 2004.

Compêndio da Doutrina Social da Igreja – Pontifício Conselho Justiça e Paz. Tradução da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Paulinas, 2005.

Recebido em 22/10/10

Aprovado em 10/01/11

